

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMERCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	-2 AGO. 1980
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

PS tem listas prontas mas a "preço" muito alto

De acordo com informações recolhidas em fonte próxima do PS, encontram-se já em fase de ultimização burocrática as listas de candidatos do partido às legislativas de 5 de Outubro. A confirmação está, aliás, a notícia, também colhida de fonte fidedigna, de que a Comissão Coordenadora da Frente Republicana e Socialista aprovou ontem a versão final das listas da FRS.

A ser assim, houve efectivamente um tremendo *forcing* final da parte do estado-maior socialista para concluir uma obra que ainda ontem era motivo de particular atenção, pelos diferendos que estava a provocar no interior do Partido Socialista.

Mais uma vez, a explicação deverá estar na intervenção directa e toda-poderosa do dr. Mário Soares, que terá conseguido resolver pessoalmente os litígios existentes.

De todo o modo, este processo de constituição das listas de candidatos — pelo que fez vir ao de cima — deixou, de certo, algumas marcas nos órgãos directivos do partido e na forma do seu relacionamento mútuo.

Secretariado marginaliza do

A questão mais importante estará na falada tentativa de marginalização do Secretariado do Partido, no decorrer dos processos de formação das listas. Hoje, o «Expresso» fornece mais alguns dados, nesta matéria. Diz, nomeadamente, que o Secretariado do PS se viu mais uma vez derrotado na última reunião da Comissão Directiva, quando uma proposta sua saiu vencida por 14 votos contra e apenas seis a favor.

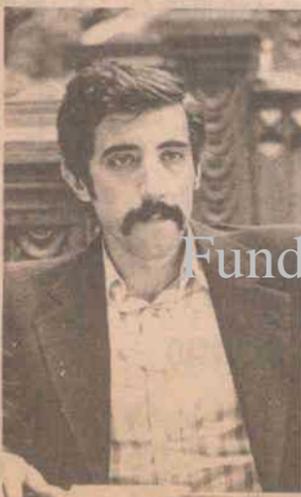
Esta proposta, de acordo com o semanário «Expresso», punha justamente em causa a legitimidade da comissão «ad hoc», encarregada de preparar as listas e que era coordenada por António Esteves. Para além de considerar a referida comissão como uma tentativa de marginalização do Secretariado, a proposta indicava ainda os nomes de alguns elementos afectos aos chamados «tecnocratas» e aos «ex-Gis» — maioritários no actual Secretariado — para integrarem as listas.

Salgado Zenha, menciona ainda o «Expresso», teria sido um dos defensores desta proposta. Enquanto o Secretário-Geral se teria oposto a ela fortemente. E teria levado por diante a sua vontade, ao manter em funcionamento a referida comissão e ao assumir ele próprio a sua liderança.

ça, munido de poderes decisórios.

Aqui estará provavelmente a explicação para o tão rápido finalizar das listas. Recordar-se que a reunião da Comissão Directiva terminava apenas segunda-feira, e que ontem elas já eram dadas como definitivamente concluídas.

Como reagirá o Secretariado do PS? Uma questão que fica em aberto. De qualquer maneira,



Acácio Barreiros foi também excluído para evitar o desequilíbrio político provocado pela ausência do prof. Veiga Simão...

este órgão leva necessariamente em conta o particularmente importante momento político que se vive, e um possível «ajuste de contas» ficará para depois das eleições. Até porque os seus resultados darão força a este ou aquele dos grupos do partido em litígio...

Acácio Barreiros excluído

Finalmente, importa referir a incapacidade manifestada pelo PS em alargar o seu espectro político a personalidades situadas à sua esquerda e à sua direita...

Assim, os praticamente certos

candidatos independentes nas listas do PS viram-se à última da hora banidos, restando apenas a remota hipótese de Emídio Guerreiro e de um ou outro independente que, em zonas cinzentas das listas (ou mesmo em zonas negras), queiram fazer o papel de «peninha no chapêu» nas listas socialistas.

Veiga Simão não integra a lista da Guarda, onde se chegou a afirmar como seguro que seria o n.º 1, por alegadas incompatibilidades profissionais. Acácio Barreiros foi igualmente excluído, para evitar o desequilíbrio político (para a esquerda) provocado pela ausência do prof. Veiga Simão...



Enfim para além dos alegados motivos políticos para a não inclusão deste ou daquele independente, a razão fundamental estará, por certo, no excesso de candidatos a poucos lugares seguros em São Bento. De qualquer maneira, esta atitude é também re-eladora de alguma falta de confiança com que a FRS e o Partido Socialista, apesar do seu triunfalismo, encaram o próximo acto eleitoral.

Restará acrescentar que a escolha de candidato presidencial — ainda que tudo aponte para Ramalho Eanes — não deverá, também, de provocar os seus abalos no interior do PS e da FRS.

Durou duas horas e meia encontro Eanes-Soares

Teresa Gonçalves

O general Ramalho Eanes recebeu ontem, em Belém, o líder socialista Mário Soares. A ANOP informa que a audiência foi solicitada por este último.

Mário Soares esteve com Ramalho Eanes cerca de duas horas e meia e este foi o primeiro encontro com o Presidente desde que chegou da sua viagem ao Extremo Oriente. Obviamente que o assunto em discussão terá sido a recandidatura de Ramalho Eanes a Belém e o tipo de acordo e de apoio a estabelecer com o Partido Socialista e, eventualmente, com a FRS.

Soubemos, entretanto, que na Coordenadora da Frente «se vai discutindo» a questão do candidato conjunto às presidenciais. Tal parece significar que ainda não é ponto assente (mas apenas altamente provável) que a FRS chegue a consenso sobre um candidato comum, o candidato do Partido Socialista.

Meios afectos ao PS con-

sideram como possível que a próxima reunião da Comissão Directiva socialista, que deverá ter lugar no dia 9 de Agosto, se pronuncie já sobre o candidato a apoiar pelo PS e o anúncio publicamente.

Quanto ao anúncio formal da recandidatura do actual Presidente, ele deverá ter lugar durante a última quinzena de Agosto.

Eleições



AD: listas anunciadas a 5 de Agosto

António Capucho, coordenador eleitoral da Aliança Democrática, disse ontem à ANOP que as listas da coligação serão anunciadas oficialmente no próximo dia 5.

O dirigente social-democrata afirmou ainda que as negociações entre os três partidos da AD não incidiram sobre a concessão de um maior número de deputados a este ou aquele, mas «rateou-se a zona de crescimento mais certo», a chamada zona cinzenta.

Assim, nas conversas interpartidárias da AD registaram-se permutas de deputados das zonas de eleição menos prováveis para as mais prováveis. Partindo do pressuposto do «crescimento global da AD», António Capucho entende que «os três partidos da coligação irão ter mais deputados nas próximas eleições».

Por seu turno, reúne-se a 8 e 9 de Agosto o Conselho Regional do PSD dos Açores. A reunião destina-se a ultimar a lista por aquele círculo, onde, desde já se sabe que Mota Amaral é n.º 1.

FRS: listas ultimadas

Na reunião de ontem a Comissão Coordenadora da Frente Republicana e Socialista aprovou a versão final das listas de candidatos da Frente às legislativas. Trata-se agora de proceder à ultimização burocrática das referidas listas, para serem apresentadas nos tribunais de comarca dos círculos eleitorais.

A Coordenadora da FRS aprovou igualmente decisões importantes, mas não reveladas, sobre o futuro alargamento da Frente a associações e personalidades políticas. Reunir-se-á de novo no próximo dia 5 de Agosto.

AD acusa PS de infringir lei eleitoral

A AD acusou ontem o PS de praticar irregularidades quanto à lei eleitoral do Parlamento, ao fazer propaganda política através de meios de publicidade comercial. A lei proíbe tal propaganda a partir da publicação do decreto que marcou a data das eleições. Numa nota, a Aliança Democrática diz haver comunicado à Comissão Nacional de Eleições várias irregularidades que afirma terem sido cometidas pelos socialistas nesta matéria. O surtimento de painéis publicitários com cartazes da Frente Republicana e Socialista, nomeadamente em Lisboa e no Porto, é um dos aspectos mencionados no comunicado da AD.

A coligação governamental também alude à publicidade da FRS, feita em aviões que sobrevoaram praias, e à inclusão de anúncios em vários jornais, em 30 de Julho último, sobre o tempo de antena do PS, com a fotografia de Mário Soares e um «slogan» da Frente.

APU: três independentes em Portalegre

O economista Joaquim Miranda encabeça a lista dos candidatos da APU no círculo de Portalegre para as próximas eleições legislativas — foi ontem divulgado naquela cidade. Joaquim Miranda, do Partido Comunista Português, é presentemente deputado da Aliança Povo Unido por Portalegre.

Compõem a lista da APU quatro membros do PCP, um do MDP/CDE e três independentes. Segundo um dirigente local, a APU propõe-se eleger dois deputados neste círculo.

No que respeita ao trabalho a desenvolver durante a campanha eleitoral, aquele membro da APU referiu que ela se processará no tipo «porta a porta» e com a realização de festas populares em todos os concelhos do distrito.

PSR: em todos os círculos

O Partido Socialista Revolucionário concorrerá às próximas eleições legislativas em todos os círculos.

Os dirigentes do partido João Cabral Fernandes, António Brandão e Heitor de Sousa são os cabeças de lista em Lisboa, Porto e Évora, respectivamente. Manuel Graça Costa é o «número um» em Aveiro, António Gomes em Beja, José Domingos Mateus em Bragança, João José Martins em Castelo Branco, Adelino Fortunato em Coimbra e Bernardo Vasconcelos em Faro.

O círculo eleitoral da Guarda é encabeçado por Fernando Simões Alberto, o de Leiria por Joaquim Carvalho, o de Portalegre por Maria José Maranhão, o de Santarém por Margarida de Sousa, o de Setúbal por Henrique Guerreiro, o de Viana do Castelo por Manuel Monteiro, o de Vila Real por Maria Celeste Mateus e o de Viseu por Hugo Cardoso da Silva.

Registadas 4 coligações

Quatro coligações eleitorais encontram-se já registadas na Comissão Nacional de Eleições, para o sufrágio de 5 de Outubro.

Ontem, procederam à entrega dos documentos a Frente Republicana e Socialista — formada pelo PS, ASDI e UEDS —, e a Aliança Democrática, que inclui o PSD, CDS e PPM. As restantes coligações são a Aliança Povo Unido, registada a 24 de Julho último, e o Partido Operário Unidade Socialista/Partido Socialista dos Trabalhadores (POUS/PST), registado a 30 de Julho.

Recordar-se que, nos termos da Lei Eleitoral, as coligações de partidos legalizados não carecem de ser anotadas pelo Supremo Tribunal. É suficiente o seu registo pela CNE, deixando de existir logo que for tornado público o resultado oficial das eleições.